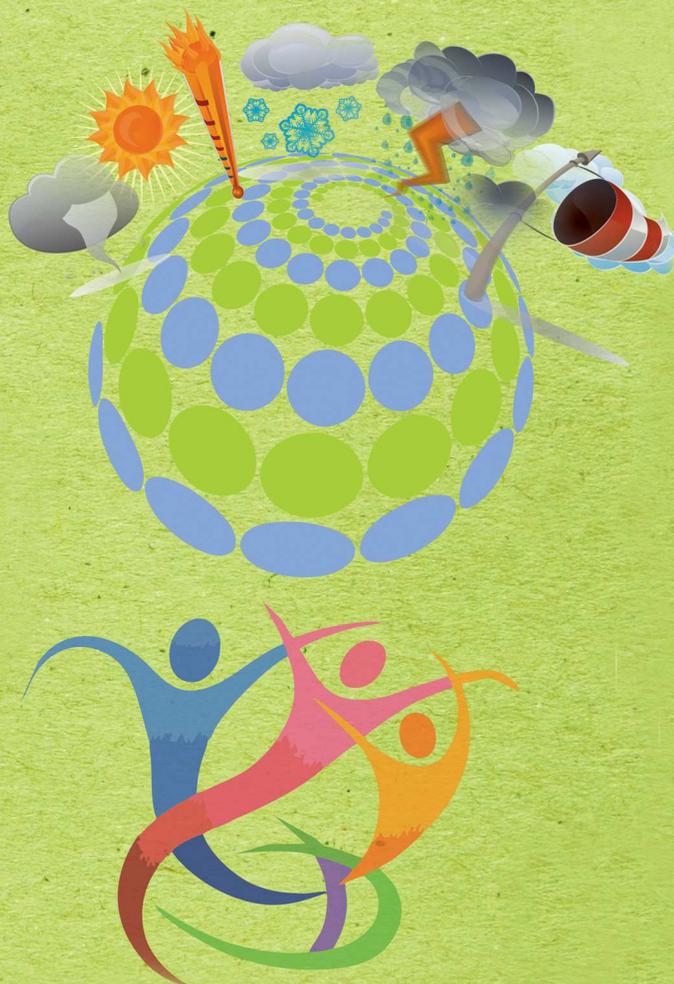


Roberto do Carmo – Norma Valencio
ORGANIZADORES

SEGURANÇA HUMANA NO CONTEXTO DOS DESASTRES



Fórum
Mudanças Climáticas
e Justiça Social

© 2014 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Ilustração da capa

Priscila Marchiori Dal Gallo

S456s Segurança humana no contexto dos desastres / organizado por
Roberto do Carmo e Norma Valencio – São Carlos: RiMa Editora,
2014.

210 p. il.

ISBN – 978-85-7656-295-5 – e-book.

1. Sociologia dos desastres. 2. Segurança humana.
3. Vulnerabilidade. I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 34111729

**OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DOS AGENTES DE DEFESA
CIVIL EM DESASTRES: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS
EXPERIÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS (RJ)
E ANGRA DOS REIS (RJ)**

*MARIANA SIENA
MARCELLA RODRIGUES DE JESUS
MARCO ANTÔNIO SANTOS*

INTRODUÇÃO

Diante de um fenômeno entendido pelo meio social local como sendo um desastre, a Defesa Civil leva adiante sua missão institucional de coordenar todas as ações no cenário. Segundo levantamento realizado por Valencio (2012), hoje, no Brasil, os desastres aumentam e abrangem, aproximadamente, 1.637 municípios por ano. Em um universo de 5.565 municípios, 29,42% destes enfrentam anualmente esse percalço. Observando a ocorrência de desastre por macrorregião do país, no período de 2003 a 2010, a macrorregião Centro-Oeste teve 73% de seus municípios afetados, a Nordeste teve 350,84%, a Norte, 85,52%, a Sudeste, 129,68% e a Sul, 329,55% (VALENCIO, 2012). Isso significa que tal missão institucional tem sido solicitada em nível nacional, o que implica a necessidade da defesa civil, cada vez mais, aprimorar suas práticas profissionais e fortalecer sua predisposição ao diálogo e à articulação com os vários órgãos envolvidos no contexto de desastre e, inclusive, com o grupo social de afetados.

O que é ser agente de defesa civil diante de tal contexto brasileiro de maior vivência dos desastres? Quais são os procedimentos técnicos de atuação diante de tal cenário? Por meio das respostas a tais perguntas, este capítulo almeja fazer uma breve reflexão sobre as práticas dos agentes de defesa civil em contexto de desastre no Estado do Rio de Janeiro, especificamente em Teresópolis e Angra dos Reis.

Nesses dois municípios, os desastres relacionados às chuvas são uma grande preocupação, porque os sujeitam aos efeitos de inundações, enchentes e, sobretudo, deslizamentos de terra em áreas com considerável adensamento populacional. Então, nesse contexto, há três momentos de atuação da defesa civil, quais sejam: a) o momento antes de a temporada das chuvas ocorrer; b) o momento em que essa temporada está relacionada com a própria suscetibilidade do processo de territorialização das comunidades em terrenos geologicamente suscetíveis e cuja infraestrutura existente também não é capaz de conter essa suscetibilidade, ou seja, o momento de deflagração do desastre;

e c) o momento imediatamente posterior à ocorrência dos deslizamentos de terra, enchentes e inundações, ou seja, o momento pós-deflagração do desastre.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) destaca a competência dos órgãos de defesa civil na garantia do direito natural à vida e à incolumidade em circunstâncias de desastre, para o que elegeram, discursivamente, reduzir os desastres por meio de: a) ações de prevenção, b) mitigação, c) preparação, d) resposta e e) recuperação (BRASIL, 2012). Neste capítulo, busca-se elencar o papel e os desafios de atuação do técnico de defesa civil nessas cinco fases, que aparecerão distribuídas conforme os três momentos de atuação acima representados (momento antes da temporada das chuvas; momento de deflagração do desastre; e momento pós-deflagração do desastre).

O último desastre que ocorreu nas localidades de Angra dos Reis e Teresópolis foram muito consideráveis segundo o decreto municipal que consta no *Diário Oficial* dos municípios. Conforme o Decreto n. 3.988, de 12 de janeiro de 2011, publicado no *Diário Oficial* de 13 de janeiro de 2011, o município de Teresópolis decretou estado de calamidade pública, “considerando a precipitação pluviométrica acumulada ocorrida no dia 11/01/2011, atingindo aproximadamente 160 mm, com nível crítico, provocando deslizamentos de terra, desabamento de construções, alagamentos, enchentes, deixando diversos moradores desalojados e desabrigados, com inúmeros óbitos ocorridos, bem como um contingente ponderável de pessoas feridas e hospitalizadas”.

Conforme o Decreto n. 7.313, de 1 de janeiro de 2010, publicado no *Diário Oficial* de 4 de janeiro de 2010, o município de Angra dos Reis decretou estado de calamidade pública, “considerando que, nas últimas 48 horas, vêm ocorrendo violentas precipitações de chuvas em todo o território do município, causando sérios prejuízos à população, com perdas de vidas humanas e destruições parciais e totais de imóveis, provocando o abrigo de famílias em prédios públicos, caracterizando estados de emergência localizados e estado de calamidade pública de alcance geral”.

Estas foram as caracterizações institucionais sobre os desastres. Agora, passemos à perspectiva do próprio agente de defesa civil sobre esses eventos.

1. A ATUAÇÃO DO AGENTE DE DEFESA CIVIL ANTES DA TEMPORADA DAS CHUVAS

Neste momento, os técnicos de defesa civil realizam a chamada *organização institucional*, ou seja, é uma fase conhecida como de preparação e organização, na qual alguns dados operacionais devem ser atualizados, tais como os recursos humanos e os materiais que poderão ser utilizados em um eventual momento de emergência. Somando-se a tal atualização, são realizadas vistorias nos imóveis localizados em áreas mais suscetíveis ao impacto de uma ameaça e também são cadastrados os voluntários.

Além disso, é neste momento que os técnicos devem participar da elaboração dos planos de emergência e de contingência, realizando simulados que

estimulem tanto as equipes operacionais quanto as comunidades (em risco) sobre as melhores orientações em caso de crise aguda.

No que diz respeito a cada uma dessas fases de “prevenção”, “mitigação” e “preparação”, as defesas civis da região Serrana do Estado do Rio de Janeiro têm recebido, recentemente, o apoio da defesa civil estadual na organização e capacitação dos agentes institucionais (técnicos) e dos agentes voluntários das comunidades, isto é, a defesa civil estadual tem apoiado a capacitação dos recursos humanos em nível municipal. Tal iniciativa, do ponto de vista dos técnicos de defesa civil, tem estimulado a efetiva integração de órgãos de defesa civil, nos diferentes níveis de governo, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Porém, muitas dificuldades ainda são encontradas pelos técnicos de defesa civil, em nível municipal, neste momento antes da temporada das chuvas, antes do momento do desastre. Seguem-se algumas dessas dificuldades:

- ◆ A deficiente integração da defesa civil municipal com os demais órgãos municipais e estaduais, mas, principalmente, com as secretarias municipais (como a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Ação Social e a Secretaria de Obras, Habitação e Serviços Públicos).
- ◆ A ausência de uma equipe multiprofissional na composição da defesa civil, já que o cerne do desastre é o meio social com todo seu conjunto complexo de sujeitos e de forças (sociais, políticas, econômicas) atuantes.
- ◆ A falta de comprometimento dos líderes políticos municipais, como secretários e prefeitos, com a consolidação de uma política de defesa civil. Tais líderes não apoiam e não estimulam a criação de projetos de prevenção aos desastres com os grupos sociais que vivenciam um processo de vulnerabilização relativo à sua própria territorialidade, que se torna mais suscetível quando as chuvas persistentes ocorrem; e um processo de vulnerabilização diante das autoridades, que não lhes dão meios de proteger essa territorialidade nem perspectivas dignas de outras alternativas de territorialização compatíveis com sua vida social (ACSELRAD, 2006). Segundo informações do site “Contas Abertas” (2010), o investimento em prevenção tem sido pífio e sujeito a cortes orçamentários, enquanto o montante destinado aos municípios em situação de emergência e estado de calamidade pública ultrapassa o orçamento previsto, uma vez que esses recursos são liberados por meio de medidas provisórias.¹

1. “Situação de emergência é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos (superáveis) à comunidade afetada” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 200). “Estado de calamidade pública é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes” (IDEM, 2006, p. 196).

- ◆ As limitações da técnica e das práticas adotadas pelos agentes de defesa civil dificultam o tipo de abordagem utilizada com os moradores de áreas mais suscetíveis à ocorrência de chuvas persistentes, o que prejudica a imagem institucional e a credibilidade da defesa civil perante a sociedade.

Dentre essas dificuldades, a ausência de uma equipe multidisciplinar em defesa civil que integre e valorize profissionais das áreas de ciências humanas e sociais (como assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, antropólogos) dificulta, e muito, a abordagem dos técnicos junto aos grupos sociais afetados no desastre ou aos que intensificam sua vulnerabilidade diante dos eventos ameaçantes. Esses profissionais são capazes de favorecer essa mediação e podem ajudar a construir uma interação social mais qualificada.

Dessa forma, a instituição Defesa Civil não consegue atender a seus anseios de gerar a credibilidade necessária diante dos grupos sociais afetados no desastre, o que, por sua vez, somente dificulta todo o processo de integração entre poder público e sociedade para uma prevenção minimamente eficaz em desastre – entendendo como prevenção minimamente eficaz aquela que atenua a afetação multidimensional nos desastres.²

2. A ATUAÇÃO DO AGENTE DE DEFESA CIVIL NO MOMENTO DA DEFLAGRAÇÃO DO DESASTRE

Neste momento, os técnicos de defesa civil atuam diretamente junto aos grupos sociais afetados, orientando sobre o deslocamento para lugares mais seguros, organizando os abrigos provisórios, interditando imóveis danificados e/ou ameaçados de destruição, realizando o cadastramento dos afetados. Cabe salientar que, em alguns municípios, o cadastramento é função de outras secretarias que não estão diretamente ligadas à defesa civil. É nesta fase que a defesa civil elabora os documentos [Nopred (notificação preliminar de desastre) e Avadan (avaliação de danos)] para informar oficialmente ao SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil) sobre a ocorrência de um evento adverso ou de um desastre. E, quando necessário, a partir desses documentos viabiliza-se a decretação da situação de emergência e do estado de calamidade pública. E, aqui, encontra-se um problema do ponto de vista dos agentes de defesa civil: a elaboração de tais documentos. A dificuldade em precisar o tamanho do prejuízo, principalmente o econômico, em um desastre é um dos desafios enfrentados pela defesa civil, já que para o repasse de verbas para reconstrução é necessário informar à União o tamanho do prejuízo.

Apesar disso, para que essa tramitação burocrática seja feita da maneira mais rápida possível, em prol do bem-estar dos grupos sociais que foram afetados, é importante salientar que não se trata apenas de atender a requisi-

2. Conforme Valencio (2012), a afetação multidimensional se refere à simultaneidade e sinergias entre dimensões objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas de perdas, danos e prejuízos.

tos burocráticos para melhor descrever danos e prejuízos quantificáveis. Os desastres não se limitam apenas a prejuízos quantificáveis, trata-se de um sofrimento multidimensional, o qual traz dimensões simbólicas que não são mensuráveis em termos quantitativos (exemplos de algumas perdas não quantificáveis: o álbum de casamento; o álbum de nascimento de um filho; o brinquedo preferido da criança; um livro que tenha passado por diferentes gerações de uma família; etc.) (SIENA, 2009).

Em vários municípios brasileiros, inclusive alguns do Estado do Rio de Janeiro, é apenas no momento em que o desastre se manifesta no plano do terreno que os grupos sociais afetados entram em contato com os agentes de defesa civil. Este “primeiro contato”, na maioria das vezes, é um gerador de conflitos, já que agentes de defesa civil e grupo social afetado não tiveram qualquer contato prévio e se encontram em um momento de grande tensão pela relação de autoridade que se quer estabelecer, a qual é contestada. Momento este que, muitas vezes, o agente de defesa civil é o responsável por efetuar a evacuação da área, ou seja, é o agente responsável pelo deslocamento das famílias de suas casas para abrigos provisórios (organizados em escolas, ginásios, igrejas) ou pelo encaminhamento para casas de parentes/amigos. Para as famílias afetadas, abandonar suas casas é uma tarefa difícil, e o “vilão” que as fazem sair de seus lares é o agente de defesa civil.

Muitos técnicos de defesa civil ficam em dúvida sobre a forma como agir e se estão propensos a punições caso entrem contra a vontade de um morador em sua residência para salvaguardar a vida física da família ali residente ou, ainda, caso resolvam respeitar a vontade da família e se “omitam” em relação aos riscos à vida física dos moradores. Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 5º, inciso XI:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito **ou desastre**, ou para **prestar socorro**, ou, durante o dia, por determinação judicial (BRASIL, 1988).

O grande problema que se gera a partir do momento em que o agente de defesa civil precisa persuadir a família no sentido de abandonar sua própria casa é o seguinte: a referência de uma família é sua casa e não há como separá-las para entendê-las; quando uma família se recusa a abandonar o seu lar, ela não está apenas preocupada com sua **vida física**, mas também com sua **vida social**. Ou seja, com aquela vida que demorou anos para construir e que, caso a perca, não vê perspectivas de reconstrução. A casa é um dos locais que permitem, mesmo que de forma precária, a execução de diversos afazeres, como dor-

mir, comer, trabalhar, descansar, banhar-se; é o lugar onde estão presentes os sentidos de segurança, rotina e aconchego.

Por outro lado, o direito natural à vida e à incolumidade foi formalmente reconhecido pela Constituição brasileira. E compete à defesa civil a garantia desse direito em circunstâncias de desastre. Neste momento, o agente de defesa civil, imbuído de sua missão institucional, busca salvaguardar primordialmente a **vida física** dessa família. Por isso surgem as situações de enfrentamento em momentos de interdição de moradias e deslocamentos de suas famílias, já que estas procuram salvaguardar a vida social e os agentes de defesa civil, a vida física. Assim, em grande parte das vezes, o agente de defesa civil é visto pelos grupos sociais afetados como “aquele que interdita”, “aquele que acha que sabe algo a mais sobre o nosso lugar”, “aquele que já vem se impor sobre nós”.

As situações adversas, principalmente aquelas que envolvem episódios de desastres, perdas de recursos físicos, materiais e simbólicos, necessitam de uma abordagem capaz de dar suporte tanto àquele que recebe a informação (o grupo social afetado) quanto àqueles que têm o dever de estar presentes e agir profissionalmente no momento de emergência (agentes de defesa civil). A comunicação de notícia de perdas (seja de entes queridos, seja de bens materiais, como a moradia) é de extrema dificuldade e, antes de tudo, é um enfrentamento interno, ou seja, no plano das intersubjetividades dos sujeitos envolvidos, o qual coloca, frente a frente, seres humanos com suas limitações, que, por vezes, descortinam, desvelam nosso sentimento de impotência e a percepção de finitude.

Esta questão nos faz refletir sobre a necessidade de aquisição de um repertório de habilidades adequado para exercer a função de agente de defesa civil, de forma a atingir o objetivo com clareza, não causando danos ainda maiores, tanto para aqueles que sofrem perdas quanto para aqueles que estarão diante da situação de desastre como pessoas “capacitadas”, representando instituições públicas, para transmitir apoio, auxílio, orientação, etc. Quando pensamos em situações de enfrentamento (entre grupos sociais afetados e agentes de defesa civil), não podemos deixar de apontar o ser humano que existe, não por trás do profissional, mas junto, intrínseco àquele que exerce tal função e que não deixará de existir também como pessoa.

As tragédias culminam em misturar status e papéis sociais; por exemplo, o agente da defesa civil também se espelha no desempenho do papel da mãe e no desempenho do papel do pai que se encontram em territorialidade suscetível com os seus filhos. Então, o agente consegue entender a morosidade daquele outro que, no seu papel de mãe, no seu papel de pai, quer ficar com seu filho. Porém, ao mesmo tempo em que entende, o agente de defesa civil é movido institucionalmente por um crivo que – inclusive, está estabelecido constitucionalmente – busca a garantia da vida. Neste momento, há uma colisão da forma como o pai ou mãe desempenha o seu papel, assegurando sua territorialidade na casa, com o agente de defesa civil, também desempenhando seu papel de garantir a vida dos atendidos. Assim, há dois status conflitantes: um, na autoridade da mãe e do pai no domínio da casa e no controle da família, ou

seja, no mundo privado; e outro, na autoridade do agente de defesa civil que pode passar por cima da autoridade do chefe da família e do chefe da casa, ou seja, a imposição do mundo público sobre o mundo privado.

Um exemplo de como as tragédias culminam em misturar status e papéis sociais (agente de defesa civil, pai/mãe) pode ser observado no relato a seguir, no qual um agente conta como a equipe de profissionais responsáveis pela demolição de uma moradia se solidarizou com a família que precisou abandonar tal moradia sem levar qualquer coisa de lá, inclusive deixando para trás todo o enxoval de uma criança recém-nascida:

A missão era demolir essa residência, pois estava estalando e iria desabar a qualquer momento. A engenharia condenou e então entramos em ação. **Toda mobília, vestuário, alimentos e outros tiveram que ser deixados,** por ordem do risco iminente quando a engenharia chegou. **Ao lado, observei um homem chorando, abraçado à esposa, e um recém-nascido no colo da vizinha,** que também consolava os dois. Triste, muito triste, meu Deus... me emociono neste momento só de lembrar daquela cena! **O homem chorava porque o filho tinha 6 dias de nascido e todo o enxoval do bebê havia ficado** [dentro da moradia condenada] (...), e **ele nem se dava conta de que todos os móveis iriam ser esmagados pela laje!** São 22 anos de carreira, nunca quis ser o herói, mas tenho um Deus em que confio muito e me apeguei a Ele naquele momento de sofrimento, pedi pra que me guardasse, porque decidi entrar e tirar as coisas da criança, pelo menos; desprezando qualquer risco, pois tinha certeza de que Ele [Deus] iria segurar aquela edificação (pra quem acredita, claro). Foi uma sensação de conforto e certeza que, imediatamente, **dei ordem pra que abrissem um buraco naquela parede** [momento da foto da Figura 1], **sob os olhares apreensivos de quem estava assistindo. Quando entrei e olhei para trás, minha equipe toda estava atrás de mim,** fazendo o sinal de não fale nada, e apontou para cima como quem dissesse: Confie em Deus! As lágrimas vieram, junto com a velocidade que trabalhávamos! **Ao mesmo tempo tiramos tudo, até o tapete, a geladeira, que aparece no fundo, estava novinha, tinha só 10 dias de uso, e nós tiramos tudo mesmo! Depois demolimos a residência** (*Relato do agente de defesa civil 1 sobre sua atuação no desastre no Morro da Carioca, Angra dos Reis, em 01/01/2010*).

Assim, passemos agora para mais três depoimentos colhidos de agentes de defesa civil que estiveram presentes nas ditas “linhas de frente”, isto é, nos primeiros minutos de episódios de manifestação de desastres nos municípios de Angra dos Reis e Teresópolis, onde, mais especificamente, os efeitos dos deslizamentos de terra (vide Figura 2), relacionados às chuvas intensas e prolongadas, foram socioespacialmente de grande monta, onde muitas vidas foram ceifadas e várias providências tiveram de ser tomadas por esses agentes diante de situações calamitosas:



Figura 1 Equipe de agentes de defesa civil de Angra dos Reis responsável pela demolição de moradias condenadas pela engenharia. (Foto do acervo da defesa civil de Angra dos Reis.)



Figura 2 Esta foto representa o que a defesa civil intitula de Movimento Combinado Translacional, no qual ocorre o deslizamento de terra, de detritos (árvores, arbustos, etc.) e do bloco de pedra. Este movimento ocorreu nos primeiros dias do ano de 2010, no bairro do Perequê, em Angra dos Reis. (Foto do acervo da defesa civil de Angra dos Reis.)

Em 2002, na tragédia do Bairro Areal [Angra dos Reis], eu era adjunto operacional. Fui acionado a 1 h da manhã, pra uma ocorrência normal de alagamento. Logo, eu mesmo assumi o caminhão e partimos com a equipe para o local, certos de que era apenas um alagamento, tanto é que a equipe era pequena. No percurso, vimos alguns bairros que nunca foram alagados e que pareciam um mar! Aí, logo que chegamos à entrada do Areal, logó o farol mostrou um corpo no chão. Então, conversei com o diretor de operações (...) e vimos que a situação era bastante grave. Fui para o “chão” [saiu do caminhão], pra rastrear um lugar por onde o caminhão pudesse passar sem alguma surpresa desagradável, quando ouvimos um estrondo ensurdecedor seguido de um som de muita água; acredito que foi nessa hora que a barragem do morro rompeu. Parceiro, nós pegamos um pedaço de corda e fazíamos uma meia lua na dianteira do caminhão, verificando a situação de risco para a viatura, quando vimos mais corpos espalhados. Então, pedimos reforços, porque a situação era a pior possível de se imaginar... **Depois que passou o barulhão de água descendo, estava muito escuro, e só ouvíamos gritos de socorro; aquilo me arremeteu a um estado quase de pavor!** Nós fomos focados numa missão de alagamento, que é mais do que normal nessa época do ano, e de repente nos deparamos com uma tragédia. **O que mais me marcou mesmo foi a primeira vítima com vida que socorri, era um homem.** Quando abaixei pra falar com ele, **ele me agarrou pelo colarinho do meu macacão, tentando dizer a todo custo que ele tentou de todo jeito segurar o filho quando rolaram o morro.** O pior foi que eu não conseguia conter o cidadão de tanto que insistia em balbuciar algumas palavras e tentava se levantar, e ele estava politraumatizado, com expostas [fraturas] nas pernas. **Tive que mentir dizendo que o filho dele havia sido encontrado e que ele é que precisava de socorro,** só assim ele se acalmou e eu consegui fazer o atendimento e colocá-lo na maca; o estado dele era muito grave, e veio a falecer no traslado para o hospital. Bem, **no outro dia,** quando amanheceu, chegou a equipe dos bombeiros e continuamos a busca por vítimas. **Logo encontrei o filho dele [a primeira vítima encontrada], uma criança de 8 anos, conforme informações [anteriores] do próprio pai (...)** quando eu peguei essa criança não consegui mais andar, travei geral. Um colega logo percebeu a minha situação e, sem falar nada, guarneceu aquele corpo pequeno e levou para a pilha de corpos que se amontoavam próximo ao colégio. Fui pra trás do caminhão, amigo (...) **chorei muito, uma sensação de impotência, na hora pensei que poderia ser meu filho** [pausa, engoliu em seco], depois de algum tempo ali chorando escondido dos outros, caí na “real” de que o melhor a fazer era ajudar quantas pessoas eu pudesse, e ao invés de determinar que alguém fosse, eu mesmo partia para o resgate (*Relato do agente de defesa civil 2 do município de Angra dos Reis, sobre sua atuação em 9/12/2002, quando 28 vidas foram perdidas somente no Bairro do Areal*).

Fui acionado às 2 h da manhã para o Morro do Tatu, a princípio. Mas em seguida veio a ordem de deslocamento para o Morro da Carioca. Quando nós chegamos, encontramos uma equipe com três pessoas no local, já resgatando uma vítima de um desabamento – um óbito por soterramento que havia acontecido momentos antes. Logo em seguida, encontramos a outra equipe de engenharia, quando houve a decisão de evacuar a área. Logo depois de nos afastarmos do “Beco”, desabou uma grande massa e rapidamente nos unimos às equipes de resgate e voltamos ao sinistro. Conseguimos remover quatro pessoas, parcialmente soterradas, muito machucadas, mas com vida. Aí houve mais duas corridas de lama, foi quando veio a ordem de abandono do local para preservação da integridade da equipe. **Na hora a adrenalina estava a mil por hora, era uma sensação de incerteza e de medo, aliada à pressão dos moradores para continuarem dentro da área sinistrada. Foi um alívio resgatar várias pessoas com vida,** também muito machucadas. Uma grande preocupação que tive foi com todo o efetivo empenhado, por conta da falta de luz e muita chuva. Ocorre que, em um determinado tempo, surgiu um **boato de que dois colegas haviam sido soterrados.** Quando feita a contagem, vimos que os dois foram levar duas vítimas ao pronto [socorro]. Foi um **sentimento de alívio,** rapaz (...). Durante um deslocamento ficamos sabendo que um ônibus foi soterrado no Morro da Glória II, **aí foi quando comecei a pensar na família, procurando saber como estavam todos,** pois as informações que chegavam era de que estavam acontecendo vários deslizamentos em todo o município (*Relato do agente de defesa civil 3 sobre sua atuação no desastre no Morro da Carioca, Angra dos Reis, em 01/01/2010*).

Cara (...) tudo aconteceu muito rápido! Que sensação ruim! Caramba. **Eu gritei pra ela ‘me dá a criança pelo menos!’ E a senhora disse que não, porque a casa dela não ia cair.** A [casa] do vizinho, onde nós estávamos, colada na casa dela, já tinha uma vala entre as duas, e só descia lama (...) Para o meu desespero, ouvi um estrondo, e o chefe me gritou, dizendo: “Sai, sai, que tá descendo tudo, sai daí [censurado]! Deixa, deixa!” Nessa hora me joguei contra a parede de um banheiro – vi, no outro dia, que isso havia me salvado (...). Ainda tentando focar minha lanterna de cabeça na mulher e na criança, **vi a hora em que aquela mistura de coisas, lama, pedaços de pau, pedaços de casa...** [pausa, a voz embarga e continua]. Nesse momento, a dona falou alguma coisa que não ouvi e tentou esticar o braço pra nos passar a criança (...) aí, já era (...). **No foco, eu vi elas sendo empurradas por tudo aquilo, ela e a criança. Cara, a gente estava a menos de um metro e meio delas e fomos incapazes de salvar pelo menos a criança** [fala imbuída de revolta]! **Depois que passou tudo pensei nas minhas crianças, na minha mulher (...), eu queria chorar e não conseguia** (...), que coisa ruim! (*Relato do agente de defesa civil 4 sobre sua atuação no desastre no Morro da Carioca, Angra dos Reis, em 01/01/2010*).

Depois do acontecimento relatado acima, o agente 4 foi levado de volta para a base da defesa civil em estado de grande perturbação emocional. Diante desse quadro, foi solicitado seu afastamento das chamadas “linhas de frente”, a fim de preservá-lo. Interessante analisar as etapas pelas quais o agente 4 passou em sua atuação profissional no desastre do Morro da Carioca. Num primeiro momento, o profissional observou a área e percebeu o risco de uma travessia por conta da vala aberta pela força das águas, mas avistou a possibilidade de salvar ao menos uma pessoa, que poderia ser pega pelos braços (no caso, a criança). E é exatamente neste momento que a avó da criança está preocupada em garantir sua vida social, resistindo em abandonar sua casa, e o socorrista imbuído da missão institucional de preservação da vida física da avó e de seu neto. Num segundo momento, o socorrista analisou que a possibilidade de ele também morrer era iminente e, portanto, jogou-se no ímpeto de livrar-se do risco, numa tentativa de resguardar sua integridade física. Num terceiro momento, o agente se sentiu incompetente profissionalmente, chegando a se revoltar em certo trecho da narrativa, por não ter conseguido salvar, ao menos, a criança. Depois de passado o primeiro impacto de presenciar uma situação de tensão e risco como essa, os agentes 2, 3 e 4 lembram-se da família, fazem associações entre ela e o fato adverso recém-presenciado, e surge um sentimento de possibilidade de perda também, assim como acabaram de vivenciar pela observação da perda alheia. Ou seja, diante de tantas situações adversas, o agente de defesa civil também é afetado, porém, indiretamente, em virtude do estado emocional que o incapacitou circunstancialmente a atuar profissionalmente nas ações de resposta *in loco*.

Seguindo a lógica de conflito iminente entre grupos sociais afetados e agentes de defesa civil, principalmente em operações de evacuações de áreas (como relatado pelo agente 4), na grande tragédia do ano de 2011, ocorrida na região Serrana do Rio de Janeiro, um agente de defesa civil, aqui denominado de agente 4, quase foi agredido fisicamente por um morador afetado. Segue o relato:

Em uma situação de evacuação emergencial, no evento de 2011, quase sofri um ataque, ou seja, quase ‘apanhei’ de um morador. O mesmo havia perdido algumas pessoas da família – e eu, até aquele momento, tinha sido a única figura pública que aparecia no local –, e quando fui orientá-lo a procurar um local mais seguro sofri com xingamentos e quase fui agredida de fato. Lembro-me bem, que permaneci em silêncio enquanto era insultada, afinal de contas, entendia que aquele era um momento de “desabafo” daquele afetado, seu emocional estava abalado e cobrava uma atitude política. Só que, infelizmente, o meu único poder era orientá-lo a procurar um lugar seguro, longe dali ou para abrigos. Consegui mobilizar um transporte para o deslocamento daqueles moradores. E, por fim, o morador me pediu desculpas e nos abraçamos. Passando a noite, acordei com o meu emocional muito abalado e naquela manhã mergulhei-me em lágrimas, não sabia bem qual o motivo, se seria cansaço, emocional,

saudades de casa, sei lá... *(Relato do agente de defesa civil 4 sobre sua atuação no desastre no município de Teresópolis, em janeiro de 2011).*

E quando o agente de defesa civil passa de afetado indireto para afetado direto em desastres? E, mesmo assim, como ele lida com a situação quando ainda precisa exercer sua profissão no “cenário de desastre”? Remetendo novamente ao exemplo da tragédia na região Serrana do Rio de Janeiro no ano de 2011, especificamente no caso do município de Teresópolis, dois agentes de defesa civil perderam suas casas, amigos e familiares e, mesmo assim, voltaram ao trabalho em menos de uma semana. A seguir, um relato que expõe tal situação:

Um desses amigos [agente de defesa civil] **apareceu para trabalhar 2 dias depois** [da deflagração do desastre], estávamos todos preocupados, mas ele apareceu lá com a roupa que havia lhe sobrado e logo começou a trabalhar. Falava que a família dele estava com vida e que a partir daquele momento ele precisava ajudar a família dos outros. O segundo colega **também voltou a trabalhar em menos de uma semana do ocorrido**, de certa forma, foi ele quem orientou sua comunidade naquele momento, até que as equipes de resgate e outras pudessem chegar ao local. Fomos todos afetados, pois não tínhamos noção de tamanha tragédia! De quanto deveríamos trabalhar e como deveríamos trabalhar, já que nunca tinha ocorrido uma capacitação para atuação de emergências. O que me deixa triste é saber que nenhum trabalho foi desenvolvido com aqueles meus amigos que foram afetados diretamente. Mas, hoje, eles conseguiram reorganizar a vida deles e as coisas foram voltando ao normal. A filha de um deles teve que fazer acompanhamento psicológico por algum tempo, mas ainda demonstra medo quando começa a chover. Naquele momento, tínhamos uma equipe muito reduzida e despreparada para qualquer situação de emergência de grande proporção *(Relato do agente 4 sobre a atuação da defesa civil no desastre no município de Teresópolis, em janeiro de 2011).*

O grupo de afetados nos desastres, como um todo, precisa e merece algum tipo de tratamento/acompanhamento/atendimento psicossocial após uma vivência de desastre agudo. Porém, o agente de defesa civil afetado também necessita de acompanhamento para que esteja apto a exercer sua função e entrar em contato com os demais afetados. Não estar apto para o trabalho e mesmo assim voltar ao exercício de sua função pode prejudicá-lo emocionalmente e também ao grupo afetado com o qual interagirá, que poderá ser atendido por uma pessoa que não se encontra em condições práticas de auxiliar ninguém. Além disso, mesmo que membros da equipe de defesa civil não tenham sido diretamente afetados em desastres, estes precisam de apoio psicossocial permanente para lidarem com as várias dimensões de perda já vivenciadas diretamente pelos afetados que serão por eles atendidos como também para atuarem em tragédias futuras que eventualmente ocorram. Ainda mais tendo em vista o

histórico de tragédia de grandes proporções e a equipe reduzida que compõe a defesa civil, como no caso do município de Teresópolis.

3. A ATUAÇÃO DO AGENTE DE DEFESA CIVIL NO MOMENTO PÓS-DEFLAGRAÇÃO DO DESASTRE

Neste momento, as ações dos agentes de defesa civil têm se resumido à indicação de áreas mais afetadas e que necessitam de reconstrução, à indicação do número de casas destruídas, interditadas, etc, e à administração de abrigos provisórios.

As principais dificuldades encontradas nesta fase estão relacionadas com a atuação das autoridades públicas municipais, principalmente os prefeitos, que prejudicam as ações em defesa civil. Conforme o relato do agente de defesa civil 4:

Já me deparei com um prefeito que proibiu as equipes da defesa civil de interditar imóveis com a desculpa de que não haveria dinheiro para a realocação daquelas famílias. Mas, se nós técnicos estamos observando no local que, naquele momento, aquele imóvel não apresenta condições de habitabilidade, devemos fazer o quê? Orientar o morador a buscar um local seguro e encaminhá-lo, mas para onde, se a prefeitura o recusa? Vivemos num sistema nacional que não há integração, principalmente no âmbito local, prefeitura-prefeitura. Não está ao nosso alcance resolver todos os problemas e isso causa uma angústia muito grande, pela falta de comprometimento, pela falta de respeito com o afetado, com a vítima, com o ferido, com o profissional... (*Relato do agente de defesa civil 4*).

O momento pós-deflagração do desastre é quando se arrastam as promessas de projetos de reconstrução de grandes áreas, bairros, mas é também quando as soluções pertinentes de moradia permanente tardam e fazem com que os afetados abandonem os abrigos provisórios e retornem para as ditas “áreas de risco”.

A fim de encerrar esta breve explicitação de alguns aspectos das muitas dificuldades enfrentadas pelos agentes de defesa civil em situação de desastre, cabe salientar os desafios que estes encontram quando o município no qual atuam é voltado, principalmente, para o turismo, que é o caso tanto do município de Angra dos Reis quanto de Teresópolis. O turista, na maioria das vezes, busca conhecer bem o local visitado, quer fotografar para lembrar futuramente. Quando se depara com um desastre, muito provavelmente carregará uma imagem negativa e insegura do município visitado. Segundo a turismóloga Fernanda de Andrade Soares,³ esse visitante tem grandes chances de nunca mais

3. Trata-se de um esclarecimento prestado pela profissional mencionada através de consulta informal do agente de defesa civil Marco Antônio dos Santos, em março de 2013.

voltar e, pior ainda, disseminar o negativismo sobre o local. Ainda de acordo com a turismóloga, para cada dez pessoas que ouvirem as histórias do visitante que vivenciou o desastre, pelo menos quatro deixarão de visitar a cidade por conta disso. Se a cidade não tiver uma boa estrutura em termos de alternativas à manutenção do nível local da atividade econômica, a arrecadação pode cair drasticamente por conta da fuga dos turistas, trazendo prejuízos incalculáveis para o município.

Se a relação entre moradores e agentes de defesa civil já é latente em conflitos e de difícil conciliação de papéis e procedimentos que cada um tem de adotar em desastre, com o turista a situação é ainda mais complexa. Este pode não compreender o histórico do problema, as relações de autoridade, as instituições responsáveis pela atuação em desastre, as orientações que usualmente se costuma dar (as rotas de fuga, por exemplo) diante do evento. Esse “estranhamento” do turista em relação à situação gera maior fragilidade na interação social dele com os agentes de defesa civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o âmbito do desastre é o meio social com todo seu conjunto complexo de sujeitos e de forças atuantes, faz-se cada vez mais necessária a formação de equipes multiprofissionais de defesa civil para atuação em desastres. A formação de tais equipes ajudaria a entender melhor a diferença entre preservação da vida física e preservação da vida social – uma das grandes geradoras de conflitos entre agentes de defesa civil e grupos sociais afetados.

Caso os vários níveis de governo se voltassem para uma valorização das ações de prevenção aos desastres, o processo de vulnerabilização, que ocorre pela má qualidade da interação social entre moradores locais e agentes da defesa civil, poderia se reverter em uma construção paulatina de relações de confiança no âmbito dessa interação social.

Por fim, é fundamental o apoio psicossocial aos grupos sociais afetados e aos agentes de defesa civil igualmente. Estes últimos vivenciam situações de tensão ao mesmo tempo em que precisam ser a base de apoio de muitas famílias em práticas de deslocamento compulsório, algumas das quais, por serem recorrentemente afetadas em desastres, defendem a permanência no lugar e descreem da solução técnica que lhes está sendo oferecida. Portanto, o (re)estabelecimento dessas relações de confiança precisaria ser o imperativo das formas concretas com as quais a nova Política Nacional de Proteção e Defesa Civil deveria se manifestar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. *Vulnerabilidade ambiental: processos e relações*. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselrad.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil/PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil/SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil/CONPDEC. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 abr. 2012.

CONTAS ABERTAS. *Chuvvas: governo gastou apenas 21% com prevenção a desastres em 2009*. 5 jan. 2010. Disponível em: <<http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=2948>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. *Administração para abrigos temporários*. Rio de Janeiro: SEDEC-RJ, 2006.

SIENA, M. A vulnerabilidade social diante das tempestades: da vivência dos danos na moradia à condição de desalojados/desabrigados pelo recorte de gênero. In: VALENCIO, N. et al. (Org.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 69-79.

VALENCIO, N F. L. S. *Para além do 'dia do desastre': o caso brasileiro*. Curitiba: Appris Editora, 2012.